

Poupança rende mais que inflação pela primeira vez em quatro anos, mas ainda perde para CDI

O rendimento da poupança conseguiu ganhar da inflação em 2022, no primeiro retorno real deste tipo de aplicação desde 2018, segundo levantamento feito por Einar Rivero, da consultoria Trade Map. O retorno para os investidores superou a variação do IPCA em 2% no ano passado.

Mesmo assim, a poupança passou longe de ser o tipo de investimento que mais deu retorno no ano passado. Outro levantamento realizado por Rivero mostra que o principal "concorrente" da poupança, o CDI, que segue de perto a taxa básica de juros e é usado como referência para o retorno de fundos de renda fixa, por exemplo, ofereceu retorno real de 6,24%. O le-

vantamento também leva em consideração outros índices como os fundos de investimentos, de títulos públicos e de dividendos.

O levantamento feito pela Trade Map leva em conta 13 tipos de aplicação financeira, como índices de ações, ouro e bitcoin. Este último teve o pior desempenho entre as opções analisadas, com retorno negativo real de 68%.

O indicador de referência com melhor desempenho em 2022 foi o IHFA, índice da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) que tem como base fundos multimercados, que podem ter diversos tipos de ativo em sua composição. O rendimento real do índice ficou em 7,45%.

Em seguida vem o índice de ações de empresas que mais pagam dividendos na Bolsa, o IDIV, com rendimento de 6,49%. Logo depois do CDI, outro retorno positivo em 2022 veio do IMA Geral, também da Anbima, composto por títulos públicos, com 3,66% acima da inflação no ano passado.

A poupança completa o ranking de investimentos com rendimento real positivo. O Ibovespa teve perda de 1,04%, descontada a inflação. O dólar Ptax e o ouro tiveram retorno negativo de 11,61% e 13,49%, respectivamente.

Há uma regra para o retorno fixado da poupança que muda de acordo com o patamar da taxa Selic.

Renato Carvalho/Folhapress



Economia



Índice Nacional da Construção Civil fecha 2022 com alta de 10,9%

Página - 03

Inflação fecha 2022 em 5,79% e estoura meta pelo segundo ano consecutivo

Página - 03



Lupo compra malharia no Ceará para verticalizar produção

Pág - 05

Aliansce-BR Malls estreia no Ibovespa e deve vender mais shoppings

Página - 05



Política

Pacheco pede punição a 'minoría golpista' por crimes e promete identificação

Página - 04

Tebet diz que Planejamento terá metade das secretarias chefiada por mulheres

Página - 04

No Mundo

China reage a restrições de viagens de vizinhos na Ásia em meio a surto de Covid



A China interrompeu parcialmente a emissão de vistos para cidadãos da Coreia do Sul na terça-feira (10) —dias depois de reabrir suas fronteiras após três anos de isolamento. A ação é vista como uma resposta ao anúncio de Seul de que passaria a exigir testes negativos de Covid-19 de viajantes de Pequim em meio ao surto de coronavírus vivido pela ditadura desde que ela relaxou sua política de Covid zero, no final do ano passado.

Embora a China tenha imposto a recém-chegados exigências de testagem similares àquelas agora requisitadas pela Coreia do Sul, o porta-voz da chancelaria chi-

nesa, Wang Wenbin, afirmou que a medida sul-coreana é discriminatória e que seu país agiria de maneira recíproca. O primeiro destes atos foi implementado já nesta terça, quando a embaixada chinesa em Seul suspendeu a emissão de vistos sul-coreanos para viagens de curta duração à China.

Algo semelhante ocorreu no Japão depois que este estabeleceu restrições à entrada de chineses. De acordo com a agência de notícias Kyodo, a China teria alertado uma série de agências de viagem locais que pararia de emitir novos vistos para japoneses. Questionada pela Reuters, a embaixada chinesa em Tóquio não confirmou

nem desmentiu a informação.

Coreia do Sul e Japão não foram as únicas nações a impor restrições à passageiros vindos da China desde que ela comunicou a retomada de viagens internacionais. A lista inclui mais de dez outros países, entre eles Estados Unidos, Reino Unido e Itália, que expressaram preocupação com a chance de que a alta transmissão de Covid observada no gigante asiático agora dê origem a novas variantes, capazes de escapar às vacinas atuais. Sanitaristas afirmam que a medida adotada por esses países —exigir testes negativos antes de embarcar ou na chegada ao aeroporto— não é o suficiente para conter novas infecções.

Clara Balbi/Folhapress

Confronto com polícia em ato pró-Castillo no Peru deixa ao menos 17 mortos

Pelo menos 17 pessoas foram mortas em confrontos com a polícia no sul do Peru, informou o escritório de direitos humanos do país na segunda-feira (9), o dia mais mortífero até agora de protestos exigindo eleições antecipadas e a libertação do ex-presidente preso Pedro Castillo.

Os confrontos ocorreram em Juliaca, uma cidade perto das margens do Lago Titicaca, na região de Puno, no sul do Peru, e deixaram 68 pessoas feridas, disse Henry Rebaza, funcionário do Ministério da Saúde de Puno, ao canal de televisão estatal TV Peru.

Entre os mortos estão pelo menos dois adolescentes, de acordo com o ministério.

Alguns dos corpos tinham ferimentos de bala, disse o diretor regional de saúde

de Puno, Ismael Cornejo, à estação de rádio local RPP.

As últimas baixas elevam o número de mortos em confrontos antigovernamentais com forças de segurança para 39 desde que os protestos começaram no início de dezembro, após a destituição e prisão de Castillo logo após ele tentar dissolver ilegalmente o Congresso.

Castillo está cumprindo 18 meses de prisão preventiva sob a acusação de rebelião, que ele nega.

Rebaza também disse à Peru TV que 28 policiais feridos não puderam ser evacuados do aeroporto de Juliaca. O primeiro-ministro peruano, Alberto Otárola, disse que milhares de manifestantes tentaram invadir o aeroporto junto com uma delegacia de polícia.

CNN



Rússia avança no leste da Ucrânia após meses de impasse



Após meses de impasse em torno da estratégica cidade de Bakhmut, em Donetsk (leste da Ucrânia), forças russas mudaram sua tática e conseguiram avançar para uma posição que pode lhes permitir romper as defesas ucranianas na região.

Segundo blogueiros militares russos e avaliação do Ministério da Defesa do Reino Unido, tropas do grupo mercenário russo Wagner controlam quase toda Soledar, uma cidadezinha de 10 mil habitantes famosa por sua mina de sal, que fica 15 km a nordeste de Bakhmut.

Desde outubro, russos e ucranianos transformam a

região numa terra arrasada, um moedor de carne humana na definição das Forças Armadas de Kiev. Bakhmut em si hoje é mais uma ruína, ao estilo do que ocorreu em Mariupol (sul), tomada pelos russos no mais sangrento cerco da guerra iniciada em fevereiro do ano passado.

As linhas de suprimento para as forças da Ucrânia em Bakhmut foram interrompidas. Na segunda (9), o presidente Volodimir Zelenski disse que “graças à resistência em Soledar, nós ganhamos tempo”, sem especificar para quê.

Donetsk é, das quatro regiões anexadas por Vladimir Putin em setembro, a

menos controlada pelos russos —talvez algo mais do que 50% dela esteja em mãos de Moscou. Há ações ofensivas também em Liman, cidade de onde os russos se retiraram em outubro, e Advika.

A situação difícil consolida o fim da onda de otimismo exagerado acerca do momento pró-Kiev da guerra, que se mostrava evidente pela sequência de boas notícias para Zelenski: a retomada de territórios em Kharkiv (nordeste) e a retirada de forças russas da margem oeste do rio Dnieper em Kherson, abandonando a capital regional homônima, maior cidade que haviam conquistado.

Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Índice Nacional da Construção Civil fecha 2022 com alta de 10,9%



O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi) fechou 2022 com elevação de 10,9%. É a segunda maior taxa desde 2014. Em relação ao ano anterior, quando ficou em 18,65%, houve recuo de 7,75 pontos percentuais.

Contribuiu para o resultado a taxa de dezembro, que apresentou variação de 0,08%, ficando 0,07 ponto percentual abaixo da de novembro. Naquele mês, a alta de 0,15% foi o menor índice de 2022 e manteve a tendência de desaceleração no ano. Os dados foram divulgados terça (10) pelo IBGE.

O gerente do Sinapi, Augusto Oliveira, chamou a atenção para o fato de que

mesmo com o resultado de dezembro sendo bem menor que a taxa dos meses anteriores, o acumulado em 2022 ficou abaixo apenas do que foi captado em 2021, com taxa de 18,65%, e pouco acima de 2020, com 10,16%. “Mesmo com quedas recorrentes desde julho, o acumulado no ano ainda tem influência das altas captadas no momento atípico de pandemia”, afirmou.

O custo nacional para o setor habitacional por metro quadrado, que é medido pelo Sinapi, subiu para R\$ 1.679,25 em dezembro. Desse valor, R\$ 1.001,20 correspondem aos materiais e R\$ 678,05 à mão de obra. Em novembro, o custo ficou em R\$ 1.677,96.

Segundo o IBGE, a parcela dos materiais que apre-

sentou estabilidade em novembro (0,01%) e outubro (0,04%) teve alta de 0,07% em dezembro. Se considerado o índice de dezembro de 2021, houve queda de 0,69 ponto percentual. Com apenas um reajuste anotado, a parcela de mão de obra avançou 0,08%, ainda assim a menor do ano, sendo também um recuo de 0,27 ponto percentual em relação a novembro, quando ficou em 0,35%.

No acumulado do ano, os materiais atingiram 10,02%. A parcela do custo com mão de obra foi mais elevada e alcançou 12,18%. Em 2021, a parcela dos materiais fechou em 28,12% e a mão de obra em 6,78%.

Cristina Índio do Brasil/ABR

Turismo em São Paulo retoma patamar pré-pandemia

O turismo na capital paulista voltou ao patamar pré-pandemia pela primeira vez desde janeiro de 2020, quando registrou crescimento de 10,7% em novembro de 2022, na comparação com o mês anterior e atingiu o número-índice 100, pontuação que se encontrava no primeiro mês de 2020.

Os dados são do Índice Mensal de Atividade do Turismo (Imat), do Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) em parceria com o Observatório de Turismo e Eventos, da SP-Turis. O Imat de novembro também atingiu o número-índice 100, pontuação que se encontrava no primeiro mês de 2020, antes da crise sanitária mundial.

O assessor econômico da FecomercioSP Guilherme Dietze disse que a expectativa para 2023 é positiva e favorável nos setores corporativos e de lazer. “Para 2023, o setor de eventos e o corporativo, irão trazer bastante movimento ao longo desse ano e também o de lazer. Eventos como o carnaval neste ano é um diferencial, já que ano passado não tivemos. O [turismo] corporativo está indo bem, com movimento muito favorável na cadeia toda, ou seja, na área de alimentação, transporte rodoviário, transporte aéreo, hospedagem”.

No lazer, a expectativa é de mudanças, já que a cidade vem recebendo cada vez mais turistas de lazer, que chegam à capital para aproveitar os roteiros culturais e gastronômicos.

Ludmilla Souza/ABR



Inflação fecha 2022 em 5,79% e estoura meta pelo segundo ano consecutivo



A inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA, fechou o ano de 2022 com alta acumulada de 5,79%, informou nesta terça-feira (10) o IBGE.

Com os cortes de impostos sobre combustíveis e energia elétrica, o IPCA perdeu força em relação a 2021, quando havia subido 10,06%.

Apesar da trégua, os preços seguem em um patamar elevado para o bolso dos brasileiros. Sinal disso é que o IPCA estourou pelo segundo ano consecutivo a meta de inflação perseguida pelo BC (Banco Central).

A variação também surpreendeu o mercado financeiro ao ficar acima das projeções. Analistas consultados

pela agência Bloomberg esperavam acumulado de 5,60% em 2022.

O centro da meta de inflação era de 3,5% no ano passado, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima (5%) ou para baixo (2%).

Com o dado final acima dessa faixa, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, terá de escrever uma carta explicando o descumprimento da medida de referência.

Na variação de dezembro, o IPCA subiu 0,62%, depois da alta de 0,41% em novembro, conforme o IBGE.

Esse resultado também veio acima das estimativas. Analistas consultados pela Bloomberg projetavam variação de 0,44% em dezembro.

A devolução de parte dos descontos da Black Friday de novembro ajuda a explicar o resultado maior no último mês do ano, dizem economistas.

As projeções ainda sugerem uma inflação elevada em 2023, o que representa um desafio para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em um cenário de incertezas fiscais com possíveis gastos da gestão petista, instituições do mercado financeiro aumentaram as estimativas para o IPCA deste ano.

A alta prevista para o acumulado de 2023 subiu de 5,31% para 5,36%, conforme a edição mais recente do boletim Focus, divulgada pelo BC na segunda (9).

Leonardo Vicceli/Folhapress

Política

Pacheco pede punição a 'minorias golpistas' por crimes e promete identificação



O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD), afirmou na terça-feira (10) que a 'minorias golpistas' que invadiu as sedes dos Três Poderes conseguiu unir ainda mais as instituições. O senador disse que houve um crime e pediu punição individual aos envolvidos.

"Antes que alguém diga que esses acontecimentos constituíram excessos a manifestações democráticas de vontade popular, eu digo: esses acontecimentos são crimes. E, como crimes, devem ser tratados como tais. Não são excessos de manifestação democrática."

"São crimes que devem ser punidos. Múltiplos crimes coletivos, mas praticados individualmente. É mais do

que a invasão de um prédio, é mais do que uma quebradeira geral", completou, afirmando que é preciso combater o que motivou as pessoas a tentarem "tomar de assalto a democracia".

"É uma situação de desolação, de tristeza profunda, um sentimento muito negativo. Mas, se essas pessoas que praticaram esses crimes no dia 8 de janeiro acreditavam que pudessem fazer algo de relevante para o Brasil, fizeram. Além de depredar o patrimônio público de todos os brasileiros, fizeram foi unir mais as instituições do nosso país."

Pacheco também afirmou que considera "muito adequado" que o ataque às sedes dos Três Poderes seja investigado em uma CPI, a exemplo do que ocorreu nos Estados

Unidos após a invasão do Capitólio, em janeiro de 2021.

"Talvez esse fato, pela gravidade, pela magnitude dessa violação democrática, dessas agressões que o Estado de Direito sofreu no Brasil, eu considero muito pertinente", disse, destacando que a decisão caberá ao próximo presidente. Pacheco deve disputar o cargo com Rogério Marinho (PL-RN).

Um dos requerimentos que pede a abertura de uma CPI, apresentado pela senadora Soraya Thronicke (União Brasil-MS), já recebeu o número necessário de apoios, mas parte dos senadores terminam os mandatos agora e terão suas assinaturas descartadas caso a comissão seja instalada no mês que vem.

Thaís Oliveira/Folhapress

Tebet diz que Planejamento terá metade das secretarias chefiada por mulheres



A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), afirmou nesta terça-feira (10) que vai indicar mulheres para chefiar duas das quatro secretarias da pasta e que deve fazer o anúncio até o final desta semana.

"[Serão] dois homens e duas mulheres. Pelo menos a cota de gênero eu consegui alcançar", afirmou a jornalista durante a sessão do Senado que aprovou o decreto de intervenção federal no Distrito Federal.

Na semana passada, a ministra disse que gostaria de montar um ministério com diversidade, mas que estava "difícil" levar mulheres pretas para a equipe. Tebet disse que a maioria delas sustenta a família e que os salários da pasta não são tão atrativos.

Anderson Torres, alvo de mandado de prisão de Moraes, diz ter tido WhatsApp clonado

O ex-ministro da Justiça Anderson Torres afirmou na terça-feira (10) que foi alvo de golpistas e teve o WhatsApp clonado.

Alvo de mandado de prisão expedido pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, Torres está nos Estados Unidos e foi exonerado do cargo de secretário de Segurança do Distrito Federal no domingo (8) após os ataques aos prédios do Congresso, Planalto e STF.

Torres falou sobre o problema com o aplicativo de mensagens em uma postagem no Instagram. "Olá, clonaram meu WhatsApp, não aceitem nenhuma mensagem ou ligação", postou.

Nesta terça, o interventor na Segurança Pública do Distrito Federal, Ricardo Cappelli afirmou que a manifestação golpista promovida por militantes bolsonaris-

tas foi possível por causa da "operação de sabotagem" nas forças de segurança locais, naquele momento comandadas por Torres.

A afirmação também foi feita pelo atual ministro da Justiça, Flávio Dino. Segundo ele, o efetivo da PM na Esplanada no dia dos ataques era menor do que o necessário para conter os golpistas.

"Havia um efetivo planejado e um efetivo real, em um certo momento esse efetivo era 3 ou 4 vezes menor que o planejado. Por que aconteceu isso? Realmente a cadeia de comando da polícia do DF que vai responder", disse Dino.

Torres se defendeu no domingo (8) e afirmou que não foi leniente. "Não houve leniência, é a primeira vez que tiro férias em muito tempo. O planejamento foi feito", disse. O ex-ministro também afirmou que há mentiras sendo contadas.

Fábio Serapião/Folhapress



Perguntada na terça-feira se teria mulheres negras na equipe, a senadora afirmou que estava "costurando" com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), o nome de uma servidora da Casa.

"[Deve ter] uma [mulher preta], que eu estou tirando daqui [do Senado]. Vim falar com o presidente [Rodrigo Pacheco] agora. Mas ainda estou costurando. Quero negras e negros", afirmou.

A economista e diretora da IFI (Instituição Fiscal Independente do Senado Federal), Vilma da Conceição Pinto, foi uma das primeiras pessoas a ser procurada por Tebet durante a montagem do ministério.

Afastada do mandato no Senado desde que assumiu o Ministério do Planejamento, Tebet afirmou que decidiu

acompanhar a sessão desta terça -a primeira após a invasão às sedes dos Três Poderes- como cidadã.

"Vamos fazer do limão uma limonada para mostrar que o centro democrático, a frente ampla está com o presidente Lula no fortalecimento da democracia. E vamos, obviamente, contar essa história. Essa história não vai ser esquecida, para jamais ser repetida", disse.

Tebet lamentou o ataque feito por vândalos à pintura que retrata o pai dela, Ramez Tebet. O quadro estava na galeria de ex-presidentes do Senado e foi um dos cinco atacados pelos bolsonaristas, junto a dois do ex-presidente José Sarney e a dois do senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Thaís Oliveira/Folhapress

Fusões & Aquisições

Aliansce-BR Malls estreia no Ibovespa e deve vender mais shoppings



A nova gigante de shoppings resultante da fusão de Aliansce Sonae e BR Malls começou a negociar na segunda-feira como companhia integrada na B3. Ainda sob o ticker ALSO3, a companhia vai avaliar uma mudança de nome, o que deve ser um dos temas da primeira reunião de conselho do ano, agendada para o fim do mês.

A companhia ganha volume e giro em bolsa e passa a compor o índice Ibovespa nesta semana – uma meta de liquidez que a Aliansce não tinha conseguido atingir sozinha. Mesmo com patamar de Ebitda semelhante, a empresa sozinha tinha um quinto do giro diário médio da então concorrente. ALSO3 substi-

tuirá a posição da BR Malls na carteira do índice.

Para concretizar a fusão, as duas companhias venderam quatro shoppings por demanda regulatória em cidades com sobreposição (Londrina, Uberlândia, Vila Velha e Campinas) e a Aliansce aproveitou o ensejo para se desfazer de um outro ativo que não era foco, dado o patamar de receita gerada (em Brasília). Levantaram R\$ 900 milhões em desinvestimentos, dos quais pouco mais de R\$ 450 milhões ficam no caixa da companhia integrada.

A BR Malls já tinha definido a venda de outros dois ativos, o que está no mercado e pode sair a qualquer tempo, e a nova administração integrada considera a possibilidade

de novos desinvestimentos. Esses ativos seriam os shoppings menores, normalmente em cidades do interior, que podem até ter bons patamares de receita para a localização mas que, diante do tamanho que o grupo fica agora, tornam-se pouco relevantes para o resultado consolidado. Cerca de cinco shoppings podem ser reavaliados inicialmente.

As sinergias previstas no anúncio da fusão eram de R\$ 210 milhões, conforme avaliação das consultorias McKinsey e Bain&Company, mas esse número deve ser atualizado pela companhia no fim do mês. A companhia integrada é presidida por Rafael Sales, que já era o CEO da Aliansce Sonae.

Pipeline Valor

Outro percalço no M&A da Riachuelo

Já parecia complexo encontrar um par perfeito para a Riachuelo nas condições inicialmente desejadas pelos controladores, mas na última semana a família Rocha foi surpreendida com um fato pouco comum nesses processos delicados de M&A: a mudança do advisor. A Riachuelo vinha sendo assessorada por Marco Gonçalves, o Marcão, executivo contratado pela área de fusões e aquisições do Banco Safra e com bom relacionamento com os Rocha. Mas na última semana o cliente soube que Marcão não está mais no banco e seria designado outro interlocutor.

A temporada de Marcão no Safra durou oficialmente cinco meses. Ele acertou com o banco em fevereiro do ano passado e cumpriu a tradicional quarentena após sair do IB da XP. Fontes de mercado descreveram como “incompatibilidade cultural” e pessoas próximas ao executivo dizem que houve alguns desentendimentos com a família Safra e equipe, o que já tinha deixado Marcão desagrado. Quando foi para o banco, executivos de IB já anteviam um “fit” difícil, mas não um desfecho tão rápido. Fonte próxima à família Safra afirma que a saída foi de comum acordo.

Pipeline Valor



Lupo compra malharia no Ceará para verticalizar produção



A Lupo, que aguarda uma janela de mercado para fazer seu IPO, acaba de comprar uma fábrica em Maracanaú, no Ceará – uma aquisição que permitirá à centenária marca de meias e roupas íntimas verticalizar parte da produção, reduzindo custos e turbinando as margens.

A fábrica – que pertencia à Cotece – tem capacidade para tecer 600 toneladas de malhas por mês.

Até agora, para fabricar suas cuecas, pijamas e camisetas, a Lupo comprava malhas de vários fornecedores diferentes. Com a aquisição, ela espera produzir internamente toda a malha necessária para sua operação.

Isso deve reduzir os custos da produção, o que po-

derá se refletir num aumento da margem da companhia ou num preço menor ao consumidor, aumentando o volume de vendas. “Também pretendemos adicionar mais tecnologia às malhas usando fios especiais, por exemplo,” a CEO Liliana Aufiero disse.

Segundo ela, a fábrica de Maracanaú estava rodando muito aquém de sua capacidade máxima porque o antigo dono estava se dedicando mais a seus negócios no setor imobiliário. “Estamos comprando basicamente o maquinário e toda a infraestrutura pronta,” disse ela. “Se fossemos construir uma nova fábrica assim do zero levaria muito tempo.”

A Lupo tem outras três fábricas: uma em sua cidade natal de Araraquara, em São

Paulo, e outras duas no Nordeste, em Itabuna, na Bahia, e em Pacatuba, no Ceará, próxima da fábrica adquirida hoje.

A Lupo faturou R\$ 1,1 bilhão nos nove primeiros meses do ano passado, 22,4% acima do ano anterior. O EBITDA nesse período foi de R\$ 230 milhões, e o lucro líquido de R\$ 172 milhões, uma margem de 15,5%.

No final de 2021, a Lupo tentou fazer um IPO para financiar seu crescimento com foco na aquisição de novas marcas – mas acabou desistindo quando o mercado fechou.

Segundo Liliana, a companhia continua interessada em abrir o capital e está com tudo pronto para isso. “Estamos no compasso de espera, de plantão, esperando o mercado abrir,” disse ela. *Brazil Journal*

Finanças

Ibovespa sobe 1,55%, emenda quinta alta e se reaproxima de 111 mil pontos



Mesmo com o desempenho tímido de Nova York na sessão, o Ibovespa estendeu na terça, 10, pela quinta sessão, a sequência de retomada ante as perdas vistas na abertura de 2023, acumulando pela primeira vez ganho neste começo de ano (+0,99%) e chegando a recuperar o nível dos 111 mil pontos, não visto no intradia desde a última sessão de 2022 (111.177,53), no dia 29, e em fechamento desde 2 de dezembro (111.923,93).

Ao fim da sessão desta terça-feira, como na segunda, 9, perdeu parte do fôlego e encerrou em alta de 1,55%, aos 110.816,71 pontos, entre mínima de 108.478,19 e máxima de 111.193,43 pontos, maior marca intradia desde 5 de dezembro (112.149,58), saindo de abertura terça aos 109.128,58. O giro financeiro ficou em R\$ 27,4 bilhões na sessão. Na semana, o Ibovespa sobe 1,70%.

O índice da B3 operou bem à frente dos índices de Nova York, sustentando-se em alta mesmo quando os de NY oscilaram para o negativo, pontualmente, no começo da tarde. Destaque para as ações do setor de consumo (ICON +2,05%), em dia também positivo para os mate-

riais básicos (IMAT +1,31%). Na ponta do Ibovespa, Pão de Açúcar (+8,76%), Magazine Luiza (+7,77%), Americanas (+7,49%) e Via (+6,58%).

“Está tão barato que, não havendo notícias ruins, o índice acaba subindo”, diz Francisco Levy, estrategista-chefe da Empiricus, observando que em geral as métricas P/L das ações na Bolsa estão ainda de 15% a 20% abaixo do que se via no pior momento do governo Dilma Rousseff (PT), em referência a outro período em que predominava incerteza e cautela sobre ativos de risco.

“Ainda há muito prêmio de risco também no câmbio e nos juros futuros, muita cautela quanto à dívida pública. As primeiras decisões do governo serão muito importantes como sinalização, após um começo desconectado e pouco pragmático, apesar do esforço isolado do Fernando Haddad (ministro da Fazenda) de soar ‘Palocciano’”, acrescenta o estrategista, em referência a outro político, Antonio Palocci, que, após desconfiança inicial do mercado, acabou sendo bem recebido como titular da Fazenda no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência.

IstoéDinheiro

Dólar cai a R\$ 5,2020 com reação a atos golpistas e visão de Fed menos hawk

O dólar à vista caiu 1,06% na terça, 10, a R\$ 5,2020, a menor cotação no fechamento desde 23 de dezembro (R\$ 5,1662). Agentes do mercado atribuem o movimento à percepção de um Federal Reserve (Fed) menos hawkish, na esteira de falas protocolares do presidente do banco central americano, Jerome Powell, na manhã de ontem. A reação dos Três Poderes aos atos golpistas do último domingo, 8, também continua a ser recebida positivamente.

A moeda americana iniciou o dia em alta, mas firmou-se em queda no fim da manhã, durante as declarações de Powell. Sem reforçar uma postura austera do banco central americano, as falas do dirigente levaram a divisa a moderar a alta globalmente e favoreceram a recuperação do real a partir das 11 horas. Durante a tarde, o dólar teve mínima de R\$ 5,1990 (-1,11%), às 16h33, em meio à recuperação do Ibovespa.

“O dólar devolveu ganhos após as declarações do presidente do Fed, Powell, não reiterarem uma postura hawkish”, pontua o analista sênior de mercados da Oanda, Edward Moya, em relatório.

Às 17h48, o índice DXY, que mede a força da divisa americana ante uma cesta de seis moedas desenvolvidas, avançava 0,27%, aos 103,274 pontos, em linha com o comportamento observado durante a sessão.

A chefe da mesa de câmbio da Terra Investimentos, Roberta Folgueral, afirma que o fortalecimento do real respondeu à percepção de um Fed menos hawkish e à reação do poder público aos atos de domingo, após Câmara e Senado terem aprovado a intervenção federal na segurança do Distrito Federal. “O Fed acabou ‘surpreendendo’ um pouco, enfraquecendo a moeda, e os juros de médio e longo prazo cederam”, afirma.

A garantia do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), de que o cronograma de anúncios econômicos prometido na última semana não seria alterado pelos atos golpistas do último domingo, 8, também repercutiu positivamente no mercado. “Isso colaborou para a redução do dólar, porque o mercado tinha ficado receoso sobre se o governo iria manter essa agenda ou não”, comenta o assessor de investimentos da SVN João Felipe Dias.

IstoéDinheiro



Números do mercado financeiro

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,2389 / R\$ 5,2395 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,2000 / R\$ 5,2020 *

Turismo - R\$ 5,3000 /

R\$ 5,4210

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: -1,04%

OURO BM&F

R\$ 314,500

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 1.55%

Pontos: 110.816

Volume financeiro:

R\$ 23,213 bilhões

Maiores altas: Pão de

Açúcar ON (8,76%),

Magazine Luiza ON

(7,77%), Americanas ON

(7,49%)

Maiores baixas:

Eletrobras PN (-1,63%),

Braskem PN (-1,45%),

CPFL Energia ON

(-1,28%)

S&P 500 (Nova York):

0,7%

Dow Jones (Nova York):

0,56%

Nasdaq (Nova York):

1,01%

CAC 40 (Paris): -0,55%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,12%

Financial 100 (Londres):

-0,39%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,78%

Hang Seng (Hong Kong):

-0,27%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,21%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,11%

Merval (Buenos Aires):

0,04%

IPC (México): 0,12%



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.

As integridades das publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>

A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Hidroviias do Brasil – Holding Norte S.A.

CNPJ/ME nº 20.280.037/0001-28 – NIRE 35.300.482.271

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2022
Data, Horário e Local: Aos 21 dias do mês de agosto de 2022, às 12:00 horas, na sede social da “Companhia”, na cidade de São Paulo-SP, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 7ª andar, sala 01, Pinheiros. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da única acionista representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Fabio Abreu Schettino; **Secretário:** Guilherme Tourinho Brandi. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a alteração da sede social da Companhia e a consequente consolidação de seu Estatuto Social. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** A única acionista da Companhia, após análise e discussão da matéria proposta, decidiu, sem quaisquer restrições ou ressalvas: **(i)** Aprovar a alteração do endereço da sede social da Companhia, atualmente da Rua Gilberto Sabino, nº 215, 7ª andar, sala 1, Pinheiros, CEP 05425-020, cidade de São Paulo-SP para Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7ª andar, conjunto 73, Pinheiros, CEP 05416-000, cidade de São Paulo-SP. Em decorrência da deliberação aqui aprovada, o “Artigo 2º” do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação constante do “Anexo I” à presente Ata. Em virtude do acima exposto, o Estatuto Social da Companhia devidamente consolidado passa a vigorar com a redação constante do “Anexo I” à presente Ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Presidente:** Fabio Abreu Schettino; **Secretário:** Guilherme Tourinho Brandi; **Acionista:** Hidroviias do Brasil S.A., p. Fabio Abreu Schettino e Gleize Franceschini Gealh. São Paulo, 21/12/2022. **Anexo I – Estatuto Social Consolidado: Nome e Duração: Artigo 1º:** Hidroviias do Brasil – Holding Norte S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404 de 15de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores (“Lei das S.A.”). **Sede Social: Artigo 2º:** A Companhia tem sua sede social e foro legal na Cidade de São Paulo-SP, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7ª andar, conjunto 73, Pinheiros, CEP 05416-000, podendo abrir filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria ou da Assembleia Geral. **Objeto Social: Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. **Capital Social: Artigo 4º:** O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 1.167.989.094,00, dividido em 1.167.989.094 ações ordinárias nominativas sem valor nominal: **Parágrafo 1º** - O capital social subscrito e não integralizado pelos acionistas deverá ser pago nos termos e condições estabelecidos nos respectivos boletins de subscrição, mediante chamada da Assembleia Geral. **Artigo 5º:** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social mediante a emissão de até 30.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, por deliberação da Assembleia Geral e independentemente de reforma estatutária, nos termos do Artigo 168 da Lei das S.A. § 1º - Na emissão de ações, dentro do limite do capital autorizado, a Assembleia Geral fixará: (a) a quantidade de ações; (b) o preço da emissão; e (c) as demais condições de subscrição e integralização, nos termos da Lei das S.A. § 2º: O aumento de capital mediante integralização em bens dependerá de aprovação específica da Assembleia Geral, nos termos da Lei das S.A. § 3º: A Companhia também poderá emitir bônus de subscrição, observado o limite do capital autorizado, mediante deliberação da Assembleia Geral. § 4º: A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. **Ações: Artigo 6º:** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 7º:** Todas as ações da Companhia serão nominativas. A propriedade das ações será comprovada pelo registro das ações em nome de cada acionista no livro próprio. **Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 8º:** Com a competência prevista em lei e neste Estatuto Social, as Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **Artigo 9º:** As Assembleias Gerais serão presididas por qualquer um dos Diretores, que deverá indicar, dentre os presentes, o Secretário. **Artigo 10º:** Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro próprio com 1 dia útil de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral. **§ Único** - Os acionistas poderão ser representados por procuradores,

nos termos da Lei das S.A., devendo apresentar a qualquer um dos Diretores cópia da respectiva procuração com pelo menos 1 dia útil de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral. **Administração da Companhia: Artigo 11º:** A administração da Companhia compete somente à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **§ 1º** - Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **§ 2º:** A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global dos Diretores e a sua distribuição. **Artigo 12º:** Além daquelas previstas na Lei das S.A., as seguintes matérias deverão ser objeto de deliberação em Assembleia Geral: **(i)** fixação da orientação geral dos negócios da Companhia e aprovação do plano de negócios, que deverá conter o orçamento e o detalhamento dos objetivos e estratégias de negócios para o período em questão (“Plano”); **(ii)** fixação e alteração da remuneração individual, dos benefícios indiretos e dos demais incentivos dos Diretores, observado o limite global de remuneração estabelecido anteriormente pela Assembleia Geral. **(iii)** aprovação de planos de participação de lucros, bem como estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios dos Diretores e da Companhia; **(iv)** aquisição ou alienação de participação em outras sociedades; **(v)** determinação do voto da Companhia em qualquer reunião ou assembleia de qualquer sociedade na qual a Companhia detenha participação direta; **(vi)** chamadas de capital, dentro do limite do capital social subscrito; **(vii)** emissão de ações ordinárias, bônus de subscrição ou títulos conversíveis em ações, respeitado o limite previsto no Artigo 5º acima, e determinação dos termos e condições de cada emissão; e **(viii)** emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real. **Diretoria: Artigo 13º:** A Diretoria será composta por 2 a 5 Diretores, sem designação específica, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por esse destituíveis a qualquer tempo, sendo todos os Diretores sem designações específicas. **§ 1º:** Os Diretores serão eleitos pelo prazo de mandato de 2 anos, sendo admitida a reeleição. **§ 2º:** Findos os seus mandatos, poderão ser nomeados novos Diretores por meio de deliberação aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas. Caso o quórum de aprovação não seja alcançado, os Diretores então empossados serão considerados automaticamente reeleitos para o exercício de novo mandato de 2 anos. **Artigo 14º:** Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, inclusive aqueles previstos no eventual plano de negócios aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social. **Artigo 15º:** A Companhia considerará-se obrigada quando representada: **(i)** por 2 Diretores em conjunto; **(ii)** por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática de quaisquer atos em valor de até R\$2.000.000,00 em uma única operação; ou **(iii)** por 1 só Diretor ou 1 procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática dos seguintes atos: **(a)** de representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes, nas Assembleias Gerais de acionistas ou reuniões de sócios das sociedades nas quais a Companhia participe, bem como nas Assembleias ou reuniões de entidades de direito privado nas quais a Companhia participe como patrocinadora, membro fundador ou simplesmente membro participante; **(b)** de endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia, independentemente do valor; **(c)** da representação da Companhia, perante sindicatos ou poder judiciário, no mais amplo alcance da cláusula “ad judicium”, podendo tomar decisões sobre matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados e acordos trabalhistas, bem como, representar a Companhia em qualquer Juízo ou Grau de Jurisdição, perante quaisquer repartições e autoridades públicas federais, estaduais ou municipais, bem como entidades privadas, sem qualquer limite de valor, podendo ingressar em Juízo, apresentar defesas e recursos, impetrar medidas preventivas, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, primando sempre pela defesa dos interesses da Companhia; e **(d)** para a prática de quaisquer atos em valor de até R\$500.000,00 em uma única operação. **§ 1º:** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e salvo aquelas previstas no Parágrafo Segundo deste Artigo, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 ano. **§ 2º:** As procurações para fins judiciais poderão ser

outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas. **Conselho Fiscal: Artigo 16º:** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante solicitação dos Acionistas, conforme previsto em lei. **Exercício Social e Lucros: Artigo 17º:** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que deverão ser preparados o balanço e as demais demonstrações financeiras previstas em lei. **§ 1º:** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. **§ 2º:** Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% do respectivo lucro líquido, ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **§ 3º:** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, que poderá, por proposta da Diretoria: **(i)** deliberar reter parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das S.A.; e **(ii)** destinar a totalidade ou parcela do lucro remanescente às reservas estatutárias previstas no presente Estatuto Social, nos termos do Artigo 194 da Lei das S.A. **Artigo 18º:** Adicionalmente às reservas legalmente previstas, a Companhia terá as seguintes reservas de lucros: **(i) Reserva para Investimentos,** cujos recursos serão destinados à realização de investimentos relacionados ao objeto social da Companhia e à expansão de suas atividades, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de Reserva para Investimentos não poderá ultrapassar 50% do capital social. **(ii) Reserva de Capital de Giro,** cujos recursos serão destinados a suprir as necessidades de capital operacional da Companhia, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de Reserva de Capital de Giro não poderá ultrapassar 50% do capital social. **Artigo 19 –** A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os ao dividendo obrigatório. **Artigo 20:** a Assembleia Geral poderá declarar e pagar, a qualquer tempo durante o exercício social, dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes nos exercícios sociais precedentes, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício. **Artigo 21:** Observados os requisitos e limites legais, a Assembleia Geral poderá, ao final de cada trimestre ou semestre, com base em balanço intermediário específico, declarar e pagar dividendos periódicos a partir dos resultados verificados no trimestre ou semestre em questão, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício. **Artigo 22:** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Dissolução e Liquidação: Artigo 23:** A Companhia será dissolvida e liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Juízo Arbitral: Artigo 24:** A Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada à aplicação, validade, eficácia, interpretação ou violação das disposições constantes neste Estatuto Social ou na Lei das S.A. § 1º – Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quanto necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído. **§ 2º:** A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade desta cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo-SP, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes de seu Regulamento. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 1.003.160/22-0 em 28/12/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Pegasus Participações S.A.

(Em constituição)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data/hora/local: Em 17/12/21, 16hs, em SP/SP. **Convocação:** 1ª convocação com todos os subscritores da totalidade das ações. **Presença:** Presente a totalidade dos subscritores. **Mesa:** Presidente, Sr. José Ribamar de Sousa, Sra. Celecina de Maria Veras Sales, secretária. **Deliberações aprovadas:** I) A constituição de uma sociedade anônima sob a denominação social de Pegasus Participações S.A., com um capital social de R\$ 50.000,00, dividido em 50.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com valor de emissão de R\$ 1,00, subscritas pelos acionistas e integralizado em moeda corrente nacional o valor de R\$ 5.000,00, equivalente a 10% na forma exigida pelo art. 80, II e III da Lei nº 6.404/76, enquanto o restante do capital social será integralizado em moeda corrente nacional no prazo máximo de 01 ano. O Presidente comunicou ter em mãos o projeto do estatuto social sendo o seguinte: **Capítulo I. Do Nome, Sede, Objeto e da Duração.** Art. 1º. Sob a denominação de Pegasus Participações S.A, fica constituída uma S.A. de capital fechado que se regerá por este estatuto e pela legislação vigente que lhe for aplicável. A sociedade adotará o nome de fantasia de “Pegasus Participações”. Art. 2º. A sociedade terá por sede administrativa e foro jurídico na R. Coronel Eusebio, 95, casa 13, Higienópolis, São Paulo/SP, podendo abrir filiais, ou escritórios em qualquer ponto do território nacional ou no exterior, a critério da diretoria. Art. 3º. A sociedade terá por objeto: a) Holding de instituições não financeiras (CNAE 64.62-0/00); b) Gestão e administração da propriedade imobiliária (CNAE 68.22-6/00). Art. 4º. O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social e das Ações.** Art. 5º. O capital social é de R\$ 50.000,00 dividido em 50.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, indivisíveis em relação à sociedade. Art. 6º. Cada ação dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais. Art. 7º. No caso de venda de ações nominativas, os acionistas terão preferência para sua aquisição, devendo o acionista que as pretenda transferir comunicar sua intenção, por escrito, à Diretoria que, por sua vez, no prazo máximo de 6 dias, dará ciência aos demais acionistas, também por escrito, para que dentro do prazo máximo de 60 dias, tornem efetivo o seu direito de preferência. **§ Único** – O disposto neste artigo não se aplica aos casos de sucessão legal. **Capítulo III. Da Assembleia Geral.** Art. 8º. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, para discutir e deliberar sobre relatório e contas da Diretoria, destinação do lucro líquido do exercício, balanço e parecer do Conselho Fiscal, se eleito, relativos ao exercício findo, e eleger os membros deste e da Diretoria, quando for o caso. Art. 9º. A AGE será convocada pelo diretor presidente e, na falta deste, pelos diretores, para todos os casos e fins previstos em lei, competindo à mesma as seguintes atribuições: reformar o Estatuto Social; autorizar a emissão de ações e de debêntures; suspender o exercício dos direitos do acionista; destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia; deliberar sobre a avaliação dos bens com quem o acionista concorrer para a formação do capital social; autorizar a emissão de partes beneficiárias; deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação; eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial; autorizar a obtenção e/ou concessão de empréstimos ou financiamentos; deliberar sobre o aumento ou redução do capital social da sociedade; e deliberar sobre a compra, venda ou alienação de imóveis e bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros. Art. 10. As assembleias gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor-Presidente, que convidará para secretário um dos acionistas presentes, e no caso de ausência, por quem a Assembleia designar. Art. 11. A assembleia geral reunir-se-á na sede social ou em lugar previamente informado e sua convocação far-se-á por memorando dirigido a todos os acionistas, com aviso de recepção, além de anúncio publicado por três vezes, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76. **§ 1º.** A primeira convocação deverá ser feita com oitavo dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio; não se realizando a assembleia, será publicado novo anúncio de segunda convocação, com antecedência mínima de cinco dias. **§ 2º.** Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a assembleia geral que comparecerem todos os acionistas. **Capítulo IV. Da administração.** Art. 12. A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 02 membros, acionistas ou não, com mandato de 03 anos, assim designados: Diretor Presidente e Diretor Executivo. **§ 1º.** Os diretores poderão ser reeleitos e a investidura no cargo será feita por termo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”, assinada pelo respectivo diretor. **§ 2º.** Os diretores receberão uma remuneração, a título de

honorários, a ser fixada pela Assembleia Geral. **§ 3º.** O diretor presidente substituirá qualquer outro diretor, em seus impedimentos ocasionais ou ausência temporária, enquanto o diretor presidente será substituído pelo diretor executivo. Art. 13. Os diretores ficam dispensados de prestar caução e serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo lavrado no Livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Art. 14. No caso de vacância, a Assembleia Geral elegerá o substituto pelo prazo que restar. Art. 15. Compete a qualquer um dos diretores praticar isoladamente todos os atos da administração, tendo os demais amplos e gerais poderes, podendo representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, assinar contratos, assumir obrigações, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar, avalizar títulos de emissão da sociedade, abrir e encerrar contas bancárias, efetuar saques e movimentação bancária, assinar, enfim, sempre isoladamente, todos os papéis de interesse social, inclusive cheques. **§ 1º.** Os atos que importem em alienação, oneração ou hipoteca dos bens sociais, independentemente de autorização da assembleia geral, serão assinados obrigatoriamente, pelo diretor presidente e pelo diretor executivo desde que este seja autorizado previamente por escrito. **§ 2º.** É vedado aos diretores dar fianças, avais ou qualquer outro documento de favor em nome da sociedade, em negócios que lhe sejam alheios, exceto se devidamente deliberada e aprovada por unanimidade em assembleia. Art. 16. A diretoria reunir-se-á sempre que for necessário, por convocação de qualquer de seus diretores, e deliberará pela maioria de votos de seus membros, cabendo ao presidente, além do voto individual, o voto de desempate. As deliberações serão transcritas no Livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal.** Art. 17. O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente se instalará a pedido de acionistas, na forma do art. 161 da Lei nº 6.404/76 e compor-se-á de 03 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, com a competência, deveres e responsabilidades definidas na lei. Art. 18. Os membros do Conselho Fiscal, no exercício das atribuições que lhes são atribuídas em lei, perceberão os honorários fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo VI. Do Exercício Social, Lucros e sua Distribuição.** Art. 19. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano. Art. 20. No encerramento de cada exercício social, serão elaboradas, observadas as disposições legais, as seguintes demonstrações: balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício e demonstração dos fluxos de caixa, financeiras, balanço patrimonial, lucros e perdas, inclusive acumulados, resultado do exercício, origens e aplicação de recursos e quaisquer outras que venham a ser legalmente exigidas. **§ Único** – Haverá também a possibilidade de levantamento de balanços intermediários, mediante deliberação da assembleia. Art. 21. Os lucros líquidos do exercício regularmente apurados no balanço patrimonial, levantado no término do exercício, feitas as necessárias deduções de amortizações e depreciações de bens fixos e das provisões, serão assim distribuídos: 5% serão aplicados na constituição do Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% do capital social e 1% para pagamento de dividendos aos acionistas. Art. 22. Os dividendos não reclamados no prazo de 05 anos, a contar da data de sua distribuição, prescreverão a favor da sociedade. **Capítulo VII Da Liquidação.** Art. 23. A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação da assembleia geral. Art. 24. A assembleia geral que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e o Conselho Fiscal, se eleito, que funcionará nesta fase, fixando os respectivos honorários. **Capítulo VIII. Disposições Gerais e Transitórias.** Art. 25. As questões omissas nos estatutos serão resolvidas de acordo com o disposto na Lei nº. 6.404/76 e demais leis em vigor. **Aprovação do estatuto:** Terminada a leitura do estatuto, o Senhor Presidente submeteu o estatuto constitucional à discussão e, como ninguém fez uso da palavra, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida, declarou definitivamente constituída a Pegasus Participações S.A., nome de fantasia Pegasus Participações. Passou-se então à eleição da Diretoria, tendo sido a mesma eleita por aclamação para o mandato de 03 anos a iniciar-se nesta data com a seguinte composição: **Diretor Presidente:** José Ribamar de Sousa, RG nº 2001002252235/SSP-CE, CPF/ME nº 093.766.903-20, e **Diretora Executiva:** Celecina de Maria Veras Sales, RG nº 300465/SSP-MA, CPF nº 148.632.353-72, sendo que de imediato tomam posse e se investem nos cargos para os quais foram eleitos. Decidiu ainda não eleger o Conselho Fiscal e deixou para fixar a remuneração dos membros da Diretoria, em uma Assembleia a ser convocada. Ficou aprovado e confirmado o capital subscrito de R\$ 50.000,00 dividido em 50.000, sendo R\$ 5.000,00 integralizados neste ato em moeda corrente nacional, enquanto o restante do capital social será integralizado no prazo máximo de 01 ano. **Art. 26** – Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. Nada mais. Fortaleza, 17/12/2021. JUCESP/NIRE nº 3530060196-3 em 04/10/22. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Omni S.A. Crédito Financiamento e Investimento

CNPJ/ME nº 92.228.410/0001-02 - NIRE 35.3.0013906-2

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de maio de 2022

Data/hora/local: 18/05/2022, 8h15, na sede social Companhia. **Convocação e presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Érico Sodré Quirino Ferreira, Presidente; José Tadeu da Silva, Secretário. **Deliberações aprovadas:** (i) As demonstrações financeiras com exercício social encerrado em 31/12/21. (ii) Os acionistas apuraram que o resultado do exercício foi positivo e dado que, já foram distribuídos juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2021, os acionistas aprovaram: (a) destinação de 5% do resultado apurado à reserva legal; e (b) que o saldo remanescente será destinado à conta reserva especial de lucros. (iii) Eleger os membros da Diretoria, todos para o cargo de Diretor sem designação específica, com mandato de 01 ano: a) **Érico Sodré Quirino Ferreira**, RG nº 1.017.627 SPTC/ES, CPF/ME nº 039.356.478-91; b) **José Tadeu da Silva**, RG nº 12.753.576-7 SSP/SP, CPF/ME nº 845.992.438-68; c) **Nelson Rosa Júnior**, RG nº 9.295.970 SSP/SP, CPF/ME nº 055.181.078-54; d) **Murilo Silvério**, RG nº 28.173.097 SSP-SP, CPF/ME nº 214.941.618-26; e) **Márcio Luppi Pimentel**, RG nº 1.017.627 SPTC/ES, CPF/ME nº 039.265.177-78; f) **Flavio Sakakisbara Yano**, RG nº 28.639.167-3 SSP/SP, CPF/ME nº 216.247.358-51; e g) **Denise Paludetto Rodrigues**, RG nº 22828711-X SSP/SP, CPF/ME nº 258.407.738-83, todos residentes e domiciliados em São Paulo/SP. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. As posses dos Diretores ora eleitos ficam sujeitas à homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil, mediante assinatura de termo de posse no livro próprio. (iv) Autorizar a administração da sociedade a tomar todas as providências necessárias para cumprimentos das deliberações acima. Nada mais. SP, 18/05/22. JUCESP nº 440.480/22-0 em 26/08/22. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,5023	Peso (Chile) - 0,006307
Dólar (EUA) - 5,2395	Peso (México) - 0,2741
Franco (Suíça) - 5,6778	Peso (Uruguai) - 0,1316
Iene (Japão) - 0,03964	Yuan (China) - 0,7731
Libra (Inglaterra) - 6,366	Rublo (Rússia) - 0,07531
Peso (Argentina) - 0,02904	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,6209

Negócios

Entenda a corrida pelo hidrogênio verde e por que o Brasil pode ser uma potência



O elemento mais abundante do universo vive uma espécie de corrida do ouro. Com potencial para reduzir a pegada ambiental de setores intensivos em carbono e alavancar o processo de transição energética, o hidrogênio é visto por muitos como o combustível do futuro, com ares de superstar.

Mas não é todo tipo de hidrogênio que empolga o mercado. O entusiasmo é pela versão sustentável —chamada de hidrogênio verde— e cuja produção o Brasil tem condições de liderar globalmente.

É que embora exista em grande quantidade na natureza, raramente ele é encontrado em sua forma elementar. A extração precisa ser feita a partir de alguma matéria-prima, que hoje é principalmen-

te de origem fóssil, como gás natural, petróleo ou carvão.

O hidrogênio verde (H2V), por sua vez, é derivado da água, num processo de extração que usa energia elétrica renovável para quebrar a molécula e separar o hidrogênio gasoso do oxigênio.

Segundo a Agência Internacional de Energia, apenas a substituição do hidrogênio “cinza” pelo verde ajudaria a economizar cerca de 830 milhões de toneladas de carbono por ano, o equivalente às emissões de Reino Unido e Indonésia somadas. Se considerar o potencial para substituir outros combustíveis poluentes —na siderurgia e na aviação, por exemplo—, o impacto positivo para o meio ambiente pode ser ainda maior.

O problema é que as tecnologias de produção em larga

escala não estão 100% consolidadas. Além disso, transportar hidrogênio é desafiador, pois exige que o armazenamento seja feito em baixas temperaturas e alta pressão, dificultando a logística.

No entanto, como o mercado é promissor, empresas estão apostando no desenvolvimento da indústria de H2V. Num momento em que a crise climática se mistura com a crise energética na Europa, a corrida ganhou senso de urgência.

Para o Brasil, o setor pode ser uma oportunidade. O país tem condições de se tornar um dos principais produtores e exportadores de hidrogênio verde, por apresentar condições climáticas favoráveis à geração de energia solar e eólica.

Thiago Betônico/Folhapress

99 demite funcionários em processo de reestruturação



A 99, empresa conhecida por oferecer viagens de carro via aplicativo, se soma à lista de startups que estão reduzindo o número de funcionários no Brasil. Uma lista que circula no LinkedIn mostra ao menos 77 demissões, incluindo profissionais de áreas como CX (experiência do cliente), recursos humanos, segurança, redes sociais e análise de dados.

A companhia não confirma quantas pessoas foram dispensadas, mas disse que o movimento faz parte de um processo de reestruturação para ampliar o foco em serviços financeiros e de entregas.

Nos últimos dias, foram anunciados cortes de pessoal em várias empresas de tecnologia, incluindo Loft, Amazon, Twitter e Tiktok.

Após demitir mais de 300 funcionários, Loft abre nova operação

Depois de demitir mais de 300 funcionários em dezembro, a startup imobiliária Loft abre operação em Campinas. No início, os anúncios de compra e venda de imóveis serão realizados em conjunto com quatro imobiliárias locais.

A expectativa da empresa é encerrar o mês com 2.000 anúncios na região. Com a entrada em Campinas, a Loft chega a nove cidades no estado e 30 no país.

Segundo a Loft, o município foi escolhido porque ainda tem atraído mais moradores no fluxo impulsionado

pelo aumento do home office na pandemia, que movimentou a habitação dos profissionais nos grandes centros urbanos.

Em dezembro, a Loft divulgou a demissão de 312 funcionários do grupo, que engloba a Loft México, a Creddihome by Loft, a CredPago, a Vista, a 123i e a Foxteratua, com atuação no Brasil e no México. O corte correspondia a 12% do quadro de funcionários. No total, a empresa demitiu 815 trabalhadores no ano como parte do seu plano de reestruturação para a integração de suas empresas adquiridas.

Joana Cunha/Folhapress



“Para seguir democratizando nossos serviços, incluindo soluções de pagamento digital com a 99Pay, realizamos avaliações extensas da nossa alocação de recursos em todas as linhas de negócio. Como resultado deste e de outros fatores operacionais, tomamos a difícil decisão de conduzir uma reorganização interna”, informou a empresa, em nota.

“Sabendo que a conjuntura macroeconômica também impacta diretamente nossos usuários e parceiros, reafirmamos nosso compromisso em continuar oferecendo serviços mais acessíveis aos mais de 20 milhões de usuários ativos, gerando valor para todo o ecossistema que apoiamos”, prossegue o comunicado.

A 99 foi criada no Brasil em 2012, inicialmente como

um aplicativo para chamar táxis. Depois, foi incluindo outros serviços, como carros conduzidos por motoristas cadastrados, entregas de objetos e comida e serviços financeiros, como empréstimos.

Em 2018, a startup foi adquirida pelo grupo chinês Didi, um dos principais nomes no setor de transporte de passageiros por aplicativo na China.

Embora esteja fazendo cortes, a 99 anunciou nesta terça o lançamento do serviço 99Entrega Moto Corporativo, voltado a empresas de todos os tamanhos, que começa a funcionar até o fim de janeiro. A ideia é fazer o transporte de produtos na chamada última milha, como a distância entre centros de distribuição e a casa dos clientes.

Rafael Balago/Folhapress